



Benedita de Cássia Lima Sant'Anna¹

Resumo: A origem da imprensa no Brasil vem sendo objeto de inúmeros estudos que reproduzem quase sempre o mesmo conteúdo, ainda que abordado de forma diversa. Apesar disso, é importante dar seguimento a tais estudos, como modo de valorizar o passado e conhecer o processo que suscitou o aparecimento de debates políticos, sociais, culturais e literários em nosso país. Como não há meio mais eficaz para se fazer isso do que por intermédio da investigação e análise de periódicos da época, traçaremos, neste texto, considerações referentes a tais periódicos.

Palavras-chave: século XIX; Brasil e Portugal; periódicos áulicos; imprensa em Londres.

Abstract: The origin of the press in Brazil has been the theme of several studies which deal almost with the same subject, even if approached differently. Nevertheless, it is important to carry on such studies as a way of valuing the past and know the process which gives rise to the emergence of political, social, cultural and literary debates in our country. Since the only efficient way to do that is to research and analyze the journals of that period, we will ponder about such journals in this paper.

Keywords: 19th century; Brazil and Portugal; courtly journals; the press in London.

¹Pós-Doutora em Letras. E-mail: cassiabar@hotmail.com

Escrever sobre a imprensa oficial brasileira e sobre a imprensa de língua portuguesa em Londres é analisar, mesmo que em linhas gerais, a fundação da Imprensa Régia, os primeiros periódicos áulicos, os primeiros debates entre os periódicos brasileiros, publicados com ou sem auxílio do governo. É também aludir acontecimentos referentes à história do Brasil que estão relacionados à própria historiografia da imprensa periódica aqui publicada.

Nesse sentido, informamos que, conforme advertem Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca, na obra *História da imprensa no Brasil: "A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado"* (2008, p.8). Ou seja, a imprensa nasce oficialmente no Brasil com a chegada da corte de D. João VI e testemunha, registra e veicula a história do país, bem como a sua própria história, que se constrói juntamente com a do Brasil, como parte integrante de um mesmo processo que se constitui.

É evidente que no longo período que tem início após o achamento do Brasil, ocorrido em 22 de abril de 1500, e, mais precisamente, após a instalação da colonização modelo misto (1548)¹, a qual restringia as atribuições dos particulares em nosso território e envolvia forte empenho militar, econômico e jurídico da Coroa até a chegada da corte (1808), houve aqui circulação de periódicos publicados em Portugal e de material que era ilegalmente impresso em solo brasileiro, mas tal circulação não era permitida, já que era proibido instalar tipografias no território. Todas que se instalavam eram destruídas, sob as ordens restritivas do governo português, que impedia qualquer movimento que pudesse dar origem à imprensa brasileira.

Entretanto, como se sabe, em 1807, Portugal recebeu mais um ultimato de Napoleão e deveria fechar seus portos à Grã-Bretanha, caso contrário, seria invadido por um exército franco-espanhol (ALVES, 2000). Para evitar

¹Após a fase do escambo e de parcos contatos entre Portugal e Brasil (1500 e 1530), D. João III ensaiou três modelos de colonização: o primeiro, estatal (1530-1533), abandonado em razão de seu elevado custo; o segundo, privado (1534-1548), que se revelou insuficiente; e o terceiro, misto, que se inicia em 1548 (CREVO, 2000, p.63).

as humilhações napoleônicas, semelhantes às que fora vítima a coroa espanhola % cujo rei, Carlos IV, pai de Carlota Joaquina, foi obrigado a renunciar em favor do filho, Fernando VII, e este, por sua vez, renunciou em favor de José Bonaparte % e contando com a proteção inglesa, o príncipe regente, D. João VI, acompanhado de sua mãe, a rainha D. Maria I, de sua esposa, Carlota Joaquina, de seus filhos e toda sua corte, num total de aproximadamente quinze mil pessoas, transfere-se para o Brasil, chegando inicialmente a Salvador (BA), em 22 de janeiro de 1808, e, posteriormente, em 7 de março de 1808, ao Rio de Janeiro.

Há de se mencionar, no entanto, que, conforme adverte o professor e historiador Amado Luiz Cervos (UnB), a vinda da corte portuguesa para o Brasil não se resulta de um imprevisto:

Pensou-se, de tempos em tempos, na transferência do trono português para o Brasil, desde que, pela primeira vez, o donatário da capitania de São Vicente, Martim Afonso de Souza, expressou essa idéia ainda no século XVI [...] Quando começou o envolvimento português na guerra atlântica, Rodrigo de Sousa Coutinho condicionava a salvação da monarquia portuguesa à ascensão do Brasil a uma posição central no Império Lusitano [...] Afastada do Governo Sousa Coutinho, Lisboa esqueceu-se momentaneamente da estratégia proposta pelo Ministro. Contudo, na Convenção de 22 de outubro de 1807, Portugal e Inglaterra recuperaram a idéia e regularam as condições da transferência da Corte. (CERVO, 2000, p.73).

Ainda sobre o fato, o historiador português António Ventura, professor na Universidade de Lisboa, afirma que a mudança da família real portuguesa para o Brasil foi um projeto meticuloso. Segundo ele, o objetivo principal da transferência da corte foi preservar a integridade física da família real e a legitimidade da coroa² Além disso, o

² Informações retiradas do site: <http://diariodorio.com/mudana-da-familia-real-foi-projeto-meticuloso/>, acessado em 04/11/2009.

historiador afirma que uma viagem como a realizada por D. João VI não poderia ter sido feita repentinamente, sem algum planejamento, tendo em vista, por exemplo, que a Real Biblioteca, hoje parte da Biblioteca Nacional, foi toda catalogada e transferida para o Brasil, juntamente com a corte.

Mas seja qual for o “real motivo” que justifica a vinda da corte, o fato é que essa transferência foi mais importante para nós do que para os portugueses e é graças a ela que, conforme observamos na página anterior, nasce oficialmente a imprensa no Brasil:

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil - e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial - com o advento da Corte de D. João [VI]. Antônio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbonos. (SODRÉ, 1966a, p.22.)

Assim que o material gráfico trazido de Portugal foi montado na residência de Antônio de Araújo, D. João VI decreta, por intermédio do ato real de 31 de maio, que, atendendo à necessidade de oficina de impressão no reino, ficava estabelecido que a casa onde se havia montado o material serviria inteiramente de Impressão Régia, “onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria” (apud SODRÉ, 1966b, p.22). Na data citada, D. João VI não apenas reconhece e oficializa a atividade gráfica no Brasil, mas também instaura normas rígidas para regularizar a atividade da imprensa brasileira.

Entre as normas por ele estabelecidas, estava a criação de uma junta responsável pelo exame dos papéis e livros enviados para serem publicados na Imprensa Régia. Era a censura. Temendo que se imprimissem textos contra a religião, o governo e os “bons costumes”, nada se imprimia no Brasil sem o exame prévio do frei Antônio de Arrábida, do padre João Manzoni, Carvalho e Melo, bem como de José da Silva Lisboa, todos censores reais.

A censura controlava não só as impressões de papéis no Brasil, como também a circulação deles. Nesse primeiro momento, um dos atos restritivos dos censores foi proibir a entrada e a circulação do *Correio Brasiliense ou Armazém Literário* no Brasil, em razão de o jornal tecer críticas aos costumes políticos aqui exercidos e ao governo brasileiro: “[...] a 27 de março de 1809, o conde de Linhares determinava ao juiz da Alfândega, José Ribeiro Freire, a apreensão de material impresso no exterior, contendo críticas ao governo” (SODRÉ, 1966c, p.29).

O jornal, lançado em Londres no dia 1º de junho de 1808, foi publicado mensalmente até dezembro de 1822, período em que são editados 175 números, de 96 a 150 páginas cada um, os quais compõem 29 volumes. Tinha o formato in. 8º e saiu com o objetivo de planejar para o Brasil instituições liberais e atacar os defeitos da administração.

Seu proprietário era Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, mais conhecido como Hipólito José da Costa, jornalista e diplomata brasileiro nascido na Colônia do Sacramento, então domínio da Coroa Portuguesa (hoje pertencente ao Uruguai). O jornalista passou a adolescência em Pelotas, no Rio Grande do Sul, iniciou seus estudos em Porto Alegre, mas os concluiu na Universidade de Coimbra, em Portugal, onde se forma em Leis, Filosofia e Matemática. Filho de família abastada no Rio de Janeiro, é enviado como diplomata pela Coroa portuguesa ao México e aos Estados Unidos, onde ingressa na maçonaria.

De volta a Portugal, e a ainda a serviço da Coroa, vai para Londres (1802) com o objetivo de adquirir obras para a Real Biblioteca, aquela que posteriormente seria trazida para cá por D. João VI. Lá estabelece contato entre

as Lojas Maçônicas³ Portuguesas e o Grande Oriente⁴. Em razão disso, quando retorna ao reino, é detido pela inquisição por ordem de Diogo Inácio de Pina Manique, que o acusa de disseminar as ideias maçônicas na Europa.

Após a prisão, Hipólito José da Costa é encaminhado às celas do Tribunal do Santo Ofício, onde permanece até (1805), quando, com o auxílio de seus irmãos maçons e sob o disfarce de criado, foge para a Espanha e de lá para a Inglaterra. Na Inglaterra, contando com a proteção do príncipe Augusto Frederico % duque de Sussek, sexto filho de Jorge III do Reino Unido e grão-mestre da maçonaria %, obtém alguns direitos políticos e passa a editar regularmente o *Correio Brasiliense*.

Considerado o primeiro periódico brasileiro, o *Correio Brasiliense* defendeu as instituições livres em Portugal e no Brasil, manteve-se contra a pressão da censura e constituiu órgão de estudos dos problemas brasileiros, fossem esses de origem econômica, política e/ou social. Além disso, mostrou-se favorável à reforma monárquica: “[...] tomou para si a tarefa de convencer as elites políticas espalhadas pelos domínios de sua majestade de que a melhor alternativa [...] estava na união de todos em torno da reforma da Monarquia” (JANCSÓ; SLEMIAN, 2002a, p.608).

Segundo o proprietário do *Correio Brasiliense*, a natureza já havia feito sua parte ao dotar o Brasil com recursos e riquezas estupendas, mas as dificuldades daqueles tempos exigiam a invenção de método político que transformasse tais dotes em instrumento de grandeza do Estado. Por esse motivo, pretendia que seu jornal espalhasse as luzes para libertar das trevas e da ignorância seu leitor, que, em sua maioria, era formado por habitantes do vasto Império:

O jornal nascia, portanto, sob a égide do patriotismo e da liberdade de imprensa, e destinava-se expressamente aos compatriotas⁵ de Hipólito, àqueles que, como ele, tinham nas partes do Brasil a sua pátria, entendendo-se

³ Em boa parte do mundo, os maçons se juntam, formando as lojas maçônicas, ou seja, uma espécie de associação de caráter universal, iniciática, filosófica, filantrópica e educacional.

⁴ Designação dada à união política formada por lojas maçônicas autônomas, iguais em direitos e honras e independentes entre si.

⁵ *Correio Brasiliense*, v.1, p.4.

por isto a terra que lhes serviu de berço ou foi por eles adotada para sê-lo dos seus descendentes. De resto, em nome do imperativo das luzes, o novo jornal rompia com a tradicional submissão dos letrados aos ditames do Trono, e para fazê-lo evocava uma tradição libertária da qual, segundo ele, a nação portuguesa fora privada pelos descaminhos de maus governos. (JANCSÓ; SLEMIAN, 2002b, p.9).

O que não significa que o *Correio Brasiliense* era contra a monarquia, ou mesmo contra a dinastia Bragança. O jornal defendia a soberania da Coroa nos domínios que eram seu por direito, apoiava o projeto de união luso-brasileira e comungava com o governo no tocante ao repúdio às ideias de revolução e ruptura. Preparou o Brasil para a instauração de um Império constitucional e manteve-se fiel ao pensamento de promover a prosperidade do Império, de introduzir na administração e no sistema de governo reformas que consideravam necessárias. Entretanto, aderiu, ainda que tardiamente, à independência do Brasil.

Assim, verifica-se que o *Correio Brasiliense* não tinha por finalidade pregar a emancipação do Brasil, e de fato não a pregou, mas defendeu com eloquência a moralização do governo vigente, a implantação de um sistema representativo, os direitos individuais e a liberdade de imprensa e por tais defesas foi alvo da censura.

Entretanto, importa mencionar que, conforme observa Ana Luiza Martins, a censura não foi a única responsável pelo início da experiência periódica de a Colônia ter sua origem no exterior:

Outros tantos fatores foram determinantes na criação de um periodismo sediado no estrangeiro, a começar pelo ambiente acanhado do Brasil, pouco estimulante para investimentos no ramo, considerando-se a limitação cultural do meio, a maciça população analfabeta e o desconhecimento dos prelos – elementos que desencorajavam, de pronto, a ativida-

de de forte peso mercantil. (MARTINS, 2001a, p.47.)

Assim, entre outros fatores, entende-se que manter uma publicação apenas com o lucro obtido com a venda de assinaturas era, no Brasil, tarefa irrealizável. Mesmo para o jornal brasileiro impresso em Londres, independente da censura direta e da ausência de concorrentes competitivos, foi um empreendimento financeiramente deficiente.

O *Correio Brasiliense*, certamente, não teria sobrevivido ao longo de seus treze anos se não fossem as tentativas de Hipólito José da Costa de arrecadar fundos para o empreendimento, seja de forma lícita, por intermédio das largas relações que possuía, seja de forma misteriosa, por intermédio de empréstimos suspeitos e chantagens editoriais (2001b, p. 48-49).

Ao contrário do jornal de Hipólito José da Costa, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, segundo jornal brasileiro e primeiro impresso no território, não precisou de mobilização financeira, seja por intermédio de empréstimos e/ou doações de terceiros, para publicar seus números e manter-se. Lançada em 10 de setembro de 1808 pela então recém-fundada Imprensa Régia, a *Gazeta* era órgão oficial do governo, portanto, subsidiada por ele. Saiu mais ou menos aos moldes da *Gazeta de Lisboa*, primeiro jornal publicado em Portugal, que circulava no Rio de Janeiro desde 1778.

Sobre a *Gazeta de Lisboa* importa mencionar que foi lançada no ano de 1641, durante o reinado de D. João IV, e reaparece em 1715, durante o reinado de D. João V, sob a direção de José Mascarenhas. Entre 1762-1778, tem a publicação suspensa; posteriormente, ressurgiu, mantendo-se sempre como órgão da imprensa oficial. Entretanto, assume ao longo de sua história outros nomes, como *Diário do Governo* e *Diário da República*.

Do mesmo modo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* manteve-se sempre como jornal oficial. Dirigido inicialmente pelo frei Tibúrcio José da Rocha, que deixou o cargo quatro anos depois, sendo substituído por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Seu conteúdo atendia restritamente aos interesses da Coroa: trazia comunicados do governo, informações sobre a política internacional, particularmente a realidade europeia diante dos conflitos napoleônicos, além

de notícias dos dias natalícios da família reinante e informações sobre o estado de saúde de todos os príncipes da Europa. Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, escreveu Werneck Sodré:

Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão-somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4º, poucas vezes mais, semanal de início, trissemanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, Mercador de Livros. (SODRÉ, 1966d, p.23.)

Entretanto, não podemos deixar de atribuir mérito à *Gazeta do Rio de Janeiro*, já que, mesmo sendo de natureza política e doutrinária, a folha coloca em circulação, ainda que de forma reduzida, informações, palavras e constitui para o historiador precioso documento da vida cotidiana, “pois sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação”, como os anúncios referentes à “proliferação de mestres particulares, nacionais e estrangeiros, ensinando as mais variadas matérias a grupos sociais e etários distintos” (SILVA, 2007, p.22).

Além disso, a *Gazeta do Rio de Janeiro* sinaliza um impulso para o surgimento de outras folhas, ainda que pertencentes ao governo. Com o passar dos anos, sobretudo a partir de meados de 1821, mostra-se mais do que um simples veículo de interesse político e passa a interagir com o cotidiano da cidade, assumir princípios, como a defesa do liberalismo e a modernidade política, os quais continuariam orientando a imprensa brasileira:

[...] a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e convocação da Constituinte brasileira), a *Gazeta do Rio* (o título é reduzido) passa a defender o liberalismo e a modernidade política (citando Rousseau e outros da mesma linha). E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e

Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo do *Correio Brasiliense*. (MOREL, 2008a, p.31-32).

Por outro lado, o *Idade d'Ouro do Brasil*, primeiro periódico baiano e segundo publicado oficialmente no território brasileiro, impresso na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, "a única tipografia então existente na cidade de Salvador" (MIANA, 1945, p.19), logo que saiu do prelo, em 14 de março de 1811, tornou-se órgão da imprensa oficial e manteve-se como órgão conservador até a sua supressão.

Esse periódico tinha também o formato in 4, quatro páginas, circulava às terças e sextas-feiras, ao preço de 60 réis o exemplar e 8\$000 a assinatura anual. Era redigido por Diogo Soares da Silva Bivar e pelo padre Inácio José de Macedo. Trazia notícias sobre festejos e comércio local, ciências, artes e acontecimentos internacionais. Assumiu o compromisso com a verdade, expressado desde a epígrafe que o apresenta ao público "Falai em tudo verdades, a quem em tudo as deveis" (*Idade d'Ouro do Brasil*, 1811, p.1). No entanto, não demonstrou nenhum respeito por ela, obedeceu às imposições severamente traçadas pelas autoridades.

Publicado sob a proteção do conde dos Arcos⁶, o *Idade d'Ouro do Brasil* manteve sempre a mesma linha editorial e defendeu o absolutismo monárquico português. Em razão disso, com a derrota e expulsão das forças portuguesas, comandadas pelo brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, em 2 de julho de 1823, o periódico deixa de circular.

Sobre o episódio que serve como marco do encerramento definitivo da impressão do *Idade d'Ouro do Brasil*, e que é acontecimento de suma importância na luta pela consolidação da nossa emancipação política em relação ao reino de Portugal, escreveu o historiador Boris Fausto:

Na Bahia, as lutas entre as tropas por-

⁶ Refere-se ao oitavo agraciado com o título, Dom Marcos de Noronha e Brito (1771-1828), administrador colonial português e último vice-rei do Brasil, que, com a chegada da família real, é transferido para a Bahia como governador.

tuguesas, lideradas pelo general Madeira de Melo, e as favoráveis à Independência **[do Brasil]** resultaram em centenas de mortos. A facção lusa foi de início vitoriosa até que as forças brasileiras de terra, apoiadas pelos senhores de engenho do Recôncavo e por uma frota sob o comando de Cochrane, forçaram a retirada final dos portugueses, em 2 de julho de 1823. (FAUSTO, 2007a, p.144).

Da mesma tipografia do *Idade do Ouro*, saiu, ainda em 1812, o primeiro periódico literário brasileiro, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Folheto de trinta páginas, obviamente sem foto ou ilustração, contendo discursos sobre costumes, sobre virtudes morais e sociais, novelas de escolhido gosto moral, resumos de viagens e, ademais, trechos de autores clássicos, em prosa e em verso.

Considerada por muitos estudiosos uma revista, portanto, a primeira impressa no Brasil, *As Variedades* é uma miscelânea que ofereceu ao público um pouco de tudo. Mas, devido à falta de leitores, durou apenas dois números: o primeiro impresso no início de fevereiro e o segundo, duplo, impresso nos fins de julho de 1812. Deixou o árduo legado de divulgar literatura e cultura por intermédio de texto impresso “ em um território em que ainda não havia público leitor para isso “ a’*O Patriota* (1813-1814), jornal literário, político e mercantil do Rio de Janeiro.

Fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que, posteriormente, sucedera o frei Tibúrcio na redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* foi publicado de janeiro de 1813 a dezembro de 1814. Durante o primeiro ano teve periodicidade mensal e, depois, passou a ser bimestral. A assinatura semestral custava, em 1813, 4\$000 réis. Em 1814, passou para 6\$000 réis. Do mesmo modo, o número avulso d’*O Patriota*, que durante o ano de 1813 custava 800 réis, teve um acréscimo, em 1814, e passou a custar 1.200 réis.

Saído também dos prelos da Imprensa Régia e herdeiro do Iluminismo setecentista, *O Patriota* divulgava em suas seções textos relacionados às artes, à agricultura, à botânica, ao comércio, à geografia, à mineração, à história,

à filosofia e à política. Tinha como colaboradores homens que atuavam diretamente no círculo de influência do governo, ou seja, estadistas, funcionários públicos, militares e professores, entre os quais José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca (futuro marquês de Maricá), o juiz dos Inconfidentes, Antônio Diniz da Cruz e Silva, além de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Por intermédio da publicação d'*O Patriota*, inaugura-se “um espaço para manifestação da vida intelectual luso-brasileira, colocando-se o Brasil como centro da nação portuguesa” (MOREL, 2008b, p.32). Além disso, segundo Hélio Lopes, *O Patriota* “não apenas abre o caminho às publicações científico-literárias, mas também, até certo ponto, reata a nova era a um passado relativamente recente” (LOPES, 1978a, p.9).

Convém informar que *O Patriota*, *As Variedades ou Ensaios de Literatura, Idade de Ouro do Brasil*, bem como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, não foram os únicos exemplares da imprensa áulica que o governo joanino forjou ou amparou:

Pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do *Correio Brasiliense*, [o governo joanino] estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário e completando-se logo depois, com órgãos específicos do jornalismo. (SODRÉ, 1966e, p.35).

Ainda em 1809, a Impressão Régia lança em Lisboa, “com licença da Mesa do Desembargo do Passo”, as *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, redigido pelo frei Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão⁷. O periódico entra em cena fazendo apologia ao bem-estar dos homens e à verdade, pregando o desprezo aos que com ela faltasse:

⁷ Natural de Tavira (1767), formado em Teologia, pertenceu à ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho. Sócio da Academia Real de Ciências, participou na recolha de material para a elaboração da obra *Documentos para a história de Portugal*.

A verdade, e o bem dos homens devem ser os motivos de todas as composições literárias. O escritor, que se não propõem espalhar sobre seus semelhantes às luzes de humana sã razão, dilatar o império da virtude, e melhorar a condição do homem social, inculcando moderação aos que mandão, e sofrimento aos que obedecem, é um charlatão indigno, que merece o desprezo dos homens justos, e sábios de todos os séculos, e de todas as nações. (*Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, 1809a, p.3).

Entretanto, a única verdade que lhe interessava era a contada e construída por seu redator, particularmente se incentivasse a opinião pública a questionar Hipólito e o *Correio*:

Julguem os homens desapaixonados, se o redator do *Correio Brasiliense* desempenha a sua promessa daqueles diferentes artigos, e se o fruto do seu trabalho toca a meta da esperança, a que se propôs: o meu será examinar [...] a sua boa, ou má fé na exposição de fatos. Mas, primeiro que tudo duas palavras bruscas ao redator do *Correio Brasiliense*. Amigo. Falar do que se ignora e ser tolo, ou pedante [...] Esgrimir mui sisudamente uma espada de dois gumes, cortando o talho, e revés, quimeras, e fantasmas, é o mesmo que dar por paus, e por pedras. (*Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, 1809b, p. 4-5).

Se as opiniões divulgadas no *Correio Brasiliense* sobre o governo davam “por paus, e por pedras”, portanto, se não tinham valor como frei Joaquim de Santos Agostinho desejava pregar, a preocupação em rebatê-las não se justificaria, o que permite indagar que o *Correio* estimulava, de fato, o público a refletir sobre atos do governo vigente e sobre o modo governamental de gerenciar as decisões. Por isso, conforme explicitamos, era temido pelo governo, que

não desejava nenhum tipo de questionamento acerca de seus atos.

Importa ressaltar que os ataques do frei Joaquim ao jornal de Hipólito só serviram para ampliar o interesse do público e, conseqüentemente, o prestígio do *Correio Brasiliense* junto a esse. Ressalta-se ainda que dois anos depois do lançamento das *Reflexões sobre o Correio Brasiliense*, uma nova tentativa de combater o órgão é lançada, desta vez, em Londres.

Redigido pelos médicos portugueses Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro, vindo reunir-se a esses, a partir de 1814, o jornalista e político português José Liberato Freire de Carvalho, *O Investigador Português em Inglaterra ou Jornal Literário Político* (1811-1819) era um periódico mensal patrocinado pela Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro, que a princípio remetia ao jornal 14 mil reis por edição.

Esse jornal integra a corrente jornalística conhecida como os jornais de Londres, a qual também se insere o periódico *O Português ou Mercúrio Político Comercial e Partidário*, redigido pelo jornalista lusitano, protegido de Hipólito, João Bernardo da Rocha Loureiro. Jornal mensal que circulou em dois momentos: 1814 a 1822 e 1823 a 1826, *O Português* foi acusado pela autoridade lusitana de incitar o povo a fazer tumultos e revoluções, de disseminar ideias sobre anarquia, de contar fatos inverossímeis sobre a Revolução Francesa. Por isso, juntamente com o *Correio Brasiliense*, foi proibido de ser editado e de ser vendido em Portugal e em seus domínios.

Outro periódico que se integra à corrente citada e faz oposição ao jornal de Hipólito e ao jornal de João Bernardo é *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*,⁸ também redigido pelo José Liberato Freire de Carvalho, que, depois de ter abandonado a redação d'*O investigador*, lança em Londres *O Campeão Português*, publicação quinzenal de início, depois mensal, que circulou entre julho de 1819 e junho de 1821 e definia-se como órgão político publicado para advogar a causa de Portugal.

⁸ "Pela sua orientação abertamente contra a política 'brasileira' da Corte, *O Campeão* opôs-se, mais frontalmente do que qualquer outro, ao *Correio Brasiliense*" (TERGARRINHA, 1989, p.88).

Mas devido ao teor e a excessos de suas críticas, inclusive a Hipólito e ao *Correio*, foi alvo da censura lusa.

Sobre a censura imposta a esses jornais, importa mencionar que ela não teve o resultado desejado: a ausência de estruturas fiscalizadoras nos portos brasileiros, recém-abertos, facilitava a chegada dos jornais a seus leitores; além disso, a proibição oficial funcionava como propaganda, estimulando o interesse do público pelos impressos.

Com relação a essa censura, especificamente no que se refere às ordens que vetavam a circulação d'O *Campeão Português*, citamos um trecho do livro *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, publicado pela tipografia de José Batista Morando, em Lisboa, no ano de 1855⁹:

E como esta medida foi impotente e ineficaz, bem com são todas as dessa espécie, direi o que nesse tempo me escreveu o meu correspondente de Lisboa. Disse-me, formais palavras: "Aqui chegou do Rio de Janeiro a ordem para proibir o seu *Campeão*. Este governo, já mais prudente, não quis tomar sobre seus ombros este pecado do estulto e velho Portugal; contentou-se em mandar pregar pelas esquinas de Lisboa a proibição, assim como aparecera em corpo e alma nas esquinas do Rio de Janeiro; e aconteceu exatamente que nesse dia desembarcasse são e salvo esse mesmo seu *Campeão*. Assim, ao passo que se estava executando este moderado *auto-de-fé*, atravessava ele triunfante as ruas de Lisboa, às costas de um galego, que eu ia acompanhando em distância. Não tenha por isso susto, e fique certo, que se até agora o liam cem, de hoje em diante há de ser lido por duzentos, ou mil". (CARVALHO, 1855, p.202-203).

⁹ Há duas referências de datas: uma logo após o título (1854) e a outra após o nome da tipografia (1855). Acreditamos que a primeira refere-se à data em que as *Memórias* foram redigidas e a segunda, à data em que foi impressa. (OBS.: Leitura on-line, concluída em 24/11/2009, por intermédio do site www.books.google.com.br).

Nota-se que, de fato, a censura não surtia o efeito desejado e, ademais, conforme adverte José Tegarrinha, no texto “Jornalismo de Convergências e de Confronto”, ela era oscilante:

[...] tanto antes como até depois de 1817 foi oscilante a dureza repressiva com estes jornais por parte das autoridades de Lisboa. Quanto ao *Correio*, não atingindo tão diretamente Portugal, mais preocupado com o governo do Rio, era tratado com algumas hesitações. O *Português* foi o mais duramente castigado, por ser a sua crítica predominante dirigida aos governadores de Lisboa. Contra José Liberato a sanha era recente. O *Investigador*, que fora criado com o apoio das autoridades portuguesas para combater a influência do *Correio*, não sofreu perseguições de início. Mas as posições crescentemente críticas de José Liberato, seu redator desde janeiro de 1814, vinham indispondo cada vez mais o conde de Palmela¹⁰ contra ele. [...] não menos oscilantes eram as posições do governo do Rio para com estes jornais. Sabia-se que o *Português* tinha assinatura da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e era voz corrente que o *Correio* recebia favores ocultos da Corte. (TEGARRINHA, 2003a, p.8-9).

Tal oscilação provavelmente origina-se da desorientação do aparelho censório no decênio anterior à Revolução Industrial. Os censores tinham de guiar-se por textos de três origens diferentes e em muitos aspectos contraditórios, os quais provinham respectivamente do “regimento velho da censura, do regimento produzido no

¹⁰ [A nota é nossa] Título de D. Pedro de Sousa Holstein, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário em diversas cortes estrangeiras; representante de Portugal no congresso de Viena, é nomeado em 1817 ministro dos negócios estrangeiros. Substitui D. Domingos António de Sousa Coutinho, em Londres; portanto, ocasião em que ocupa o mais alto posto da diplomacia portuguesa na época. Em outubro de 1820, cedendo às instâncias de D. João IV, vem para o Brasil e, em 26 de abril de 1821, parte juntamente com a família real para a Europa. Morreu em 1850, completamente afastado da política.

Rio de Janeiro e das frequentes ordens ‘azedas’ do governo” (2003b, p.5). Em razão disso, o resultado só poderia ser esse, que se alternava em sentidos opostos: ora empenhado em coibir a circulação e impressão dos jornais políticos, ora mais flexível, desatento talvez, acerca dos efeitos que as leituras deles causavam.

Outra hipótese para a oscilação citada se encontra no contexto social e político da época, particularmente na abertura dos portos brasileiros, criticada por Hipólito no *Correio Brasiliense*, mas que acabou por facilitar a entrada do jornal que era trazido para o Brasil por intermédio de navios ingleses.

Lembramos que, ao chegar ao Brasil, durante sua breve estada na Bahia, o príncipe regente, D. João, decretou a abertura dos portos “às nações amigas” (28 de janeiro de 1808), expressão que na época equivalia à Inglaterra. Esse ato marca o encerramento de trezentos anos do sistema colonial e, ao mesmo tempo, garante a continuidade da atividade comercial lusitana, ameaçada em razão das tropas francesas em Portugal. O ato também legaliza o comércio clandestino entre a colônia e a Inglaterra, o que significava a arrecadação dos tributos devidos.

Os produtores de açúcar e os proprietários de algodão foram beneficiados com a abertura dos portos, mas a grande beneficiária foi a Inglaterra: os ingleses acabaram se tornando senhores da alfândega, regulavam tudo, e os funcionários dos portos receberam ordens para dar particular atenção às indicações do cônsul britânico.

A medida era mais favorável aos comerciantes ingleses do que a brasileiros e lusos e provocou vários protestos dos comerciantes aqui instalados e dos comerciantes de Lisboa. Por isso, D. João teve de fazer algumas concessões:

Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, o famoso comércio da cabotagem, ou seja, entre portos da Colônia, ficou reservado a navios portugueses; o imposto sobre produtos importados, que fora fixado em 24% do valor da mercadoria, foi reduzido

para 16%, quando se tratasse de embarcações portuguesas. (FAUSTO, 2007b, p.123-124.)

Entretanto, isso não trouxe grandes modificações, já que a redução dos impostos sobre produtos portugueses, única medida verdadeiramente significativa tomada na época, foi ultrapassada pelo Tratado de Navegações e Comércio em 1810, no qual novos favorecimentos são feitos à Inglaterra, em troca de outros favores, como a proteção das colônias portuguesas pela esquadra britânica.

Dentre esses favorecimentos estava a redução da tarifa a ser paga sobre as mercadorias inglesas exportadas para o Brasil, então fixada em apenas 15% de seu valor, taxa inferior à paga pelos produtos portugueses. Posteriormente, as duas tarifas foram igualadas, mas “a vantagem inglesa continuou imensa. Sem proteção tarifária, as mercadorias de um país atrasado, como se tornara Portugal, no âmbito do capitalismo europeu, não tinham condições de competir em preço e variedade com os produtos ingleses” (FAUSTO, 2007c, p.124). E não competiu.

Interessa-nos, entretanto, não exatamente esse fato, e sim verificar que o favorecimento à Inglaterra dava origem a críticas severas expressas em jornais de língua portuguesa impressos em Londres, como o periódico brasileiro *Correio Brasiliense*, cuja entrada e circulação clandestinamente no Brasil, quando assim o era, foram beneficiadas pelas concessões dadas ao país, já que os navios ingleses não eram vistoriados pelas autoridades portuguesas e/ou brasileiras.

Aliás, sobre essa imprensa e o jornalismo em língua portuguesa impresso em Londres, importa lembrar que principiaram a difundir abertamente entre nós, por todas as classes da nação, as ideias liberais. Missão que as publicações impressas no Brasil, bem como as impressas

¹¹Além dos jornais citados, também foram publicados na Inglaterra jornais portugueses que não exerceram relevo à imprensa brasileira, dentre esses *O Argus*, jornal de tendência absolutista, redigido por José Anselmo Corrêa Henrique, do qual foram impressos quatro números, todos em 1809; o *Microscópio de Verdades do Óculo Singular para o Povo Português Ver Puras e Singelas Verdades Despidas dos Caprichos e Paixões Particulares e Outras Expostas a Brillhante Luz do Patriotismo, Depois de Terem Sido Descobertas por Ele, Entre as Sombras do Erro, da Ignorância ou Malícia dos Godoyanos*, redigido por Francisco de Alpoim e Menezes, do qual foram impressos sete números entre os anos de 1814 e 1815, e *O Padre Amaro ou Sovéla Política Histórica e Literária*, redigido por Joaquim Ferreira Freitas, que circulou mensalmente de janeiro de 1820 a agosto de 1829, com apêndice até 1830.

em Portugal, ainda não estavam aptas para realizar, quer seja pela repressão e censura, quer por condições materiais ou pela própria tomada de consciência que foi incentivada pelas folhas vindas de Londres.

Se esses jornais publicados em Londres¹¹ exerceram papel importante no processo formador de nossa imprensa, superando e legando ao esquecimento a publicação de folhas portuguesas impressas em Paris,¹² onde os custos para lançar uma publicação periódica e mantê-la eram menores, foi também importante - ou melhor, decisiva para o surgimento de nossa imprensa - a publicação dos periódicos oficiais brasileiros anteriormente citados.

Nesse sentido, concluímos que, graças à existência de periódicos como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Idade d'Ouro do Brasil* e, principalmente, *As Variedades ou Ensaio de Literatura* e *O Patriota*, a imprensa brasileira vai assumindo aos poucos um perfil menos oficioso e mais enciclopédico, o que resultará no surgimento de uma imprensa mais rica do ponto de vista cultural e instrutivo: a imprensa literária e científica brasileira, responsável pela divulgação da literatura da época, e, conseqüentemente, pela formação do público leitor.

Referências Bibliográficas

Idade d'Ouro do Brasil. Redigido por SERPA, Diogo Antonio da Silva; MACEDO, Pe. Inácio José de Bivar. Bahia: Tipografia Diogo Antonio da Silva Serpa (14 de maio de 1811 a 24 de abril de 1823).

LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas*. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

¹² Na época estudada, foram publicados em Paris três periódicos de língua portuguesa: *Observador Lusitano em Paris ou coleção literária, política e comercial*, redigido por Francisco Solano Constâncio, de janeiro a abril de 1815; os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, dirigido por Diogo Mascarenhas Neto, de julho de 1818 a abril de 1822, e *O Contemporâneo político e literário*, redigido por Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, Cândido José Xavier e José da Fonseca, de janeiro a setembro de 1820.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*.

São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-43.

Reflexões sobre o Correio Brasiliense, periódico dirigido por Joaquim de Santo Agostinho Brito França. Lisboa: Imprensa Régia (com licença da Mesa do Desembargo do Paço). 1809. Disponível para consulta no site www.books.google.com.br (Consulta realizada em setembro 2009.).

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1883-1902.

SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português julgado pela imprensa contemporânea nacional e estrangeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A 'Gazeta do Rio de Janeiro' (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SLEMIAN, A.; JANCSO, I. Um caso de patriotismo imperial. In: DINES, Alberto. (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense: estudos*. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial do Estado; *Correio Braziliense*, 2002, p.605-667. v.30.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TEGARRINHA, José. Jornalismo de convergências e de confronto. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/.../alm240620031.htm>>. Acesso em: 24.03.2003. Acesso em: 10.out.2009.

VIANA, Hélio. *Contribuições à história da imprensa brasileira: 1812-1863*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

Aceito: 03.06.2010